

Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva

A spectrum surrounds small towns: the increase in violence and objective insecurity

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, PR, Brasil

pedrofernandes@uenp.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7542-7912>

Angela Maria Endlich

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

amendlich@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5203-5828>

RESUMO

“Era uma vez uma cidade pequena, tranquila e segura em que as portas e as janelas ficavam abertas” representa uma frase simples, mas que sintetiza este artigo. A dialética liberdade-segurança, em essência, é entendida como as condições que separam a liberdade da segurança quando deveriam uni-las para ocorrerem concomitantemente. Assim, em nome da segurança, as janelas e as portas estão se fechando nas pequenas cidades! Mais do que isso, as pessoas também estão se fechando para a sociabilidade e para o espaço e a vida pública. O principal objetivo deste artigo é demonstrar as explicações para o aumento da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades. Os procedimentos metodológicos foram: levantamento bibliográfico acerca da violência e da insegurança objetiva; levantamentos complementares para entender os fatores explicativos; realização de trabalhos de campo, sistematização das informações e dos dados coletados; e elaboração da redação final. Os resultados revelaram situações alarmantes e recorrentes de violência em pequenas cidades, além da geração da insegurança objetiva. Os principais fatores explicativos para esse fenômeno são: a propagação do tráfico ilícito, sobretudo de drogas; a difusão do modo de vida metropolitano por meio da mídia; e a ausência ou a insuficiência dos serviços públicos de segurança.

Palavras-chave: Liberdade, Segurança, Lógica metropolitana, Tráfico de drogas, Estado.

ABSTRACT

“Once upon a time there was a small town, quiet and safe in which the doors and windows were left open” represents a simple sentence, but it summarizes this paper. The freedom-security dialectic, in essence, is understood as the conditions that separate freedom from security when they should unite them to occur concurrently. So, in the name of security, windows and doors are closing in small towns! More than that, people are also closing in on sociability and space and public life. The main objective of this paper is to demonstrate the explanations for the increase in violence and objective insecurity in small towns. The methodological procedures were bibliographic survey about violence and objective insecurity; complementary surveys to understand the explanatory factors; fieldwork, systematization of information and collected data; and preparation of the final essay. The results revealed alarming and recurrent situations of violence in small towns, in addition to the generation of objective insecurity. The main explanatory factors for this phenomenon are the spread of illicit trafficking, especially drugs; the diffusion of the metropolitan way of life through the media; and the absence or insufficiency of public security services.

Keywords: Freedom, Security, Metropolitan logic, Drug trafficking, State.

1. INTRODUÇÃO

O anseio pela compreensão das contradições na condição humana e social de vida nos espaços geográficos ou na formação e reprodução deles atrelado aos processos de produção do espaço urbano e de transitoriedade na dinâmica das pequenas cidades são as principais motivações para a realização desta pesquisa que se trata de um recorte da tese de doutorado em Geografia (FERNANDES, 2017). Além disso, a sociedade esboça e apresenta ações desmembradas da realidade materializada e/ou abstrata. Essa resistência ao processo segregador do capitalismo reflete no espaço urbano, nas relações sociais e na autogestão, quase sempre em tentativas vinculadas à insuficiência das políticas públicas.

É fundamental ressaltar que como parte do recorte para transformação da tese em artigo, os referenciais empíricos, nas dimensões regionais e locais (Norte do Estado do Paraná e três pequenas cidades), que ajudaram na fundamentação dos fatores explicativos, não são utilizados diretamente neste artigo. Nesse sentido, esta redação caminha por perspectivas sustentadas pela materialização da violência e da insegurança objetiva, especialmente os homicídios e agressões e a apreensão de drogas, em pequenas cidades, a partir de diferentes dimensões espaciais de análise, perpassando escalas geográficas, que querem demonstrar que a situação parece não ser exclusividade de determinados recortes do espaço geográfico, mas se estende a outros e deve ser entendida em uma perspectiva mais global.

Em contrapartida, é preciso destacar que a pesquisa não propõe rotular ou generalizar os espaços, já que se trata de um processo em trânsito e que não atinge, em totalidade, os municípios brasileiros. Assim, a insegurança generalizou-se pelo espaço abrangendo muitas pequenas cidades, ainda que pela quantidade e diversidade algumas delas parecem escapar desse fenômeno. Logo, a concepção de que a cidade pequena é um local tranquilo e seguro para se viver deve ser relativizada, assim como a associação entre pequena cidade e tranquilidade, que se propagou no senso comum, deve ser desconstruída. Esses fatos não podem ser considerados anomalias ou isolados e desconectados do contexto da vida.

E por que nas pequenas cidades? Justifica-se a escolha do recorte espacial por tratar-se de espaços que vivenciaram nos últimos anos transformações econômicas, sociais, políticas, culturais etc., significativas, sejam pelos declínios demográficos, sejam por novos arranjos produtivos, que inverteram a situação, tornando alguns espaços polos de atração e, então, inserindo novos moradores à escala de vivências e hábitos locais. Além disso, os estudos sobre as pequenas cidades configuram-se como uma das frentes mais recentes da Geografia Urbana e se deparam com um contexto nacional de dimensão continental, construído a partir de múltiplas características regionais e locais que refletem, diretamente, na diversidade das pequenas cidades. Soma-se a ausência de interesse pela grande mídia, o insuficiente apoio governamental e as poucas ações universitárias de extensão e de pesquisa.

O principal objetivo deste artigo é demonstrar os processos e as explicações para o aumento da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades. Para isso, articulam-se, concomitantemente, três fatores explicativos: (i) a difusão e o transbordamento da lógica metropolitana, tais como hábitos e costumes, especialmente pela mídia e internet, contribuindo para o aumento da violência e, principalmente, da insegurança objetiva nas pequenas cidades; (ii) a propagação, sem barreiras e fronteiras, do tráfico ilícito de drogas e produtos, além do tráfico humano, que se articulam à economia em redes e atingem as pequenas cidades analogicamente à globalização, especificamente as localizadas na fronteira e/ou na faixa de fronteira; (iii) a perda de centralidade e o esvaziamento demográfico dos núcleos urbanos arrefeceram uma série de serviços, inclusive os de segurança pública, tornando as pequenas cidades espaços vulneráveis para a disseminação do crime.

Os procedimentos metodológicos foram: (i) levantamento bibliográfico, leitura e fichamento de livros e capítulos de livros, teses e dissertações, artigos, crônicas e textos relacionados aos temas da pesquisa; (ii) levantamentos complementares para entender os três fatores explicativos da

pesquisa; (iii) a sistematização das informações e dos dados coletados; e (iv) elaboração da redação final deste artigo.

O artigo está estruturado em cinco seções além da introdução: a primeira, na escala geral de análise, representa um arcabouço teórico da pesquisa, enfatizando, sobretudo, a violência e a insegurança objetiva; a segunda, terceira e quarta seções demonstram os resultados acerca dos três fatores explicativos para a violência e a insegurança objetiva em pequenas cidades; e, finalmente, a quinta seção, já nas considerações finais, retoma as ideias centrais e apresenta uma possibilidade para redução desse fenômeno.

2. A DIALÉTICA LIBERDADE-SEGURANÇA E O ARCABOUÇO TEÓRICO DA VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA OBJETIVA

A pesquisa adotou os pressupostos do materialismo histórico. Assim, caminha-se por entender a produção do espaço em uma perspectiva histórica, com períodos expressando condições sociais diferentes, buscando compreender as manifestações contraditórias e os movimentos de resistência. Como parte desse referencial, esboça-se, a partir de fissuras sociais decorrentes das contradições, a perspectiva de futuro. Especificamente neste artigo, o exercício do pensamento teórico e metodológico ocorre pela dialética liberdade-segurança, principalmente quanto à violência que se mostra como a expressão mais contundente para revelar, por meio da teoria crítica, as contradições do modelo de produção.

A Geografia desempenha um papel de destaque na compreensão das questões sociais relacionadas ao espaço urbano. Sustentada pela relação tempo e espaço, a cidade se converteu em um dos temas mais estudados. Por isso, para entender essa dialética liberdade-segurança, retoma-se ao momento de enfraquecimento do sistema feudal, quando o senhor feudal pressionava os servos para ampliarem seus lucros e, por outro lado, os servos, vendo a possibilidade de trabalhos nas cidades, se revoltavam e fugiam para elas.

Ao afluir para as cidades, os camponeses se libertaram do regime de servidão, não mais se submetendo ao vínculo com a terra e com o senhor que lhes roubava trabalho, a comida e o tempo. Assim, para o servo, ir para a cidade, mesmo que não representasse necessariamente a felicidade, saúde ou prosperidade, significava concretamente a **liberdade** (ROLNIK, 1988, p. 35 – grifo nosso).

A palavra liberdade é essencial, pois transmite o ápice do contexto de surgimento das cidades até o início da Idade Moderna e, por conseguinte, do sistema capitalista. Em síntese, a sociedade se organizou e produziu seu espaço de relacionamento sustentado nas diferenças de trabalho e, por conseguinte, de classes, chegando, ao final da Idade Média, em um processo de roubo de trabalho e busca por liberdade de uma classe oprimida. Na conjuntura dos fatos, o camponês tinha consciência de que nas cidades não encontraria a qualidade de vida, a saúde e a prosperidade, mas apenas a sua liberdade, que aparentemente era suficiente.

Com o fim da Idade Média e início da Idade Moderna (Século XVI), as cidades voltaram a ganhar relevância. O ponto de partida para eles, segundo Lefebvre (2001, p. 11), é “o processo de industrialização (...), o motor das transformações na sociedade”. Associado a isso, o capitalismo intensificou o processo de urbanização, entretanto, a perversidade do processo trouxe consequências negativas, principalmente para as relações sociais e de trabalho. Este, retratado pela situação do camponês, agora proletário, mostrou que a liberdade buscada se revelou utópica e, pior, mascarada pela ideologia do neoliberalismo.

A urbanização foi, segundo Pedrazzini (2006), o processo que ritmou a civilização. Desse modo, o conceito de cidade vinculava-se ao progresso e à modernidade. Atualmente, porém, ela associa-se à fragmentação, segregação, divisão e descivilização, passando a ter uma visão caótica,

dividida e perigosa. A velocidade que o processo de urbanização tomou em alguns espaços, como o brasileiro, não possibilitou um fenômeno justo e equilibrado.

Diante do exposto, a cidade contemporânea oferece a liberdade, como a que buscavam os camponeses? Essa esperada promessa de liberdade se concretizou? Na vida líquida, cada vez mais tecnológica, não se vive uma liberdade utópica? Territorialmente, o que é necessário para a cidade ser segura? As respostas devem levar em consideração o modo de produção e como o capitalismo se desenvolveu.

No mundo contemporâneo, os centros de decisões exploram toda a sociedade, no qual o urbano intervém, por meio dos detentores do poder, nos meios de produção (LEFEBVRE, 2001), alimentando a violência e a indústria do medo. Como agravante, Lefebvre (2001, p. 130) fala do “neocapitalismo”: “não reúne mais nem as pessoas, nem as coisas, mas sim as informações, os conhecimentos”. Assim, pode-se estabelecer relação com o neoliberalismo e o predomínio do capital financeiro e como tudo isso potencializou a instabilidade e as contradições sociais no mundo, sendo perverso ao criar formas e espaços de consumo segregadores.

A dialética liberdade-segurança é entendida como as condições (materiais e imateriais) que separam a liberdade da segurança quando deveriam, talvez em utopia, uni-las para ocorrerem concomitantemente. Em essência, troca-se a liberdade pela segurança, como as câmeras que fiscalizam o cotidiano social ou as portas e janelas fechadas nas pequenas cidades, ou, ao contrário, se privilegia a liberdade mais que a segurança, ficando à mercê da interiorização dos crimes para essas localidades.

Assim, espera-se avançar na luta contra a alienação, inclusive acerca da violência, e pelo processo emancipacionista, entendido pelo viés da liberdade, como um leque de condições favoráveis ao crescimento humano e social. Igualmente, pretende-se colocar luz nas contradições, especialmente sobre a segurança pública, e a partir delas apresentar a utopia, que está ancorada na eliminação da dialética liberdade-segurança, pensada de maneira objetiva e efetiva no contexto social emancipatório, associado e entendido pela noção de liberdade e autonomia, ou seja, a condição de liberdade, em uma superação total da coerção, formará uma consciência autônoma. A liberdade olvidada em troca de uma completa segurança não emancipará a sociedade.

O termo violência, segundo Rifiotis (1999, p. 28), surgiu com o significado de “força”. Depois, de acordo com ele, houve uma evolução semântica do termo: passou de “abuso de força” (século XVIII) para “força brutal para submeter alguém” (século XX) e, atualmente, seria o “ícone da modernidade em crise”. Zaluar (1999) considera a polifonia do significado. Acredita-se que isso se deve, em parte, pela multiplicidade das suas manifestações. A questão, então, transita pela existência de valores não contextualizados, como os direitos fundamentais e os valores universais, obrigando o pensamento científico sobre a violência caminhar pelo limiar que tais valores e direitos impõem à liberdade (ZALUAR, 1999), novamente retornando à dialética liberdade – segurança.

Segundo Bezerra Júnior (2006, p. 43), a violência “tornou-se tão familiar que já não conseguimos facilmente tomar distância dela para transformá-la em objeto de reflexão”, ou seja, tornou-se parte da paisagem, a ponto de a sociedade se acostumar e já não se surpreender mais com as suas circunstâncias e onipresença. Para Sodré (2006, p. 35), a violência é “entendida como ameaça ou como uso da força destrutiva frente ao outro sujeito social”, especialmente a partir de duas grandes modalidades: a violência ignorada e a violência visível. A primeira se refere à violência do poder instituído, dos órgãos burocráticos, do Estado, do serviço público, das articulações políticas etc. A segunda, chamada também de violência anômica, é entendida como a ruptura, pela força desordenada, da ordem social, dando lugar à delinquência, marginalidade, ilegalismo, crimes de morte, assalto, massacres etc. (SODRÉ, 2006).

Apesar dessa abordagem contemporânea, uma segunda abordagem reconhece a violência como reflexo do próprio processo civilizatório, da vida em sociedade/das relações sociais, do dinamismo social, ou seja, “inerente à condição humana”, ou, ainda, como algo não tão recente como comumente o tema é abordado. Por essa perspectiva, “o processo começou com a própria civilização,

pois as sociedades urbanas e civilizadas colocaram persistentemente os estranhos face a face” (MCNEILL, 2002, p. 26), sendo que a sociedade teria domesticado a violência, tornando-se uma civilização “contra-a-violência” (PEDRAZZINI, 2006, p. 20), na qual, a materialização dela, atualmente, é “uma espécie de ‘parte maldita’, um ‘resquício’, um elo da corrente que nos prende no passado” (RIFIOTIS, 1999, p. 28). O sentido de inerente ao homem também caminha pelo que Zisman (1993, p. 43) chama de “violência exclusiva do ser humano, pois pressupõe a razão”. Assim, a sociabilidade atuaria como uma forma de atenuar essa condição humana (MOREIRA; ABREU; OLIVEIRA, 2006).

Uma terceira corrente de pensadores relaciona a violência à consolidação do capitalismo e ao fenômeno da globalização. Nesse sentido, vale destacar Souza (2008, p. 148), que considera que o “sistema capitalista é, ele próprio, ‘criminógeno’”, especialmente por alimentar um “modelo social de consumo”, incentivar o “eu” e o “ter”, favorecer a propriedade, engendrar uma “indústria cultural” e por facilitar a impunidade. Então, como consequência desse modelo de produção, “Marx chegou a escrever que a Segurança era o princípio mais elementar da sociedade burguesa, e a Polícia, sua condição de realização” (MISSE, 2006, p. 22-23).

A partir da diversificação das perspectivas sobre a violência, Misse (2006) aborda-a como sujeito difuso e, por conseguinte, alvitra a necessidade de desmembrar esse tema, como uma crítica “a unificação imaginária de tantos fatos diversos num único conceito” (MISSE, 2006, p. 19). Assim, por inúmeras vezes, trata-se “como um sujeito difuso o que na verdade é uma miríade de eventos, circunstância e fatores” (MISSE, 2006, p. 19), em que uma palavra (violência) simplifica a miríade (variação do problema).

Essas preocupações do autor são pertinentes no “discurso histórico” e na “demanda autoritária de ordem”, que, efetivamente, estão integrados. No entanto, desconsiderar a existência de tipologias de violência difundida pelo espaço é negar uma série de eventos, circunstância e fatores. Nesse contexto, acredita-se que não se pode generalizar o debate, devendo abordar cada vez mais o tema para aprofundar as possibilidades de interpretação. Além disso, é preciso mostrar realidades de pessoas marcadas pelo medo, dor, preocupação etc., ou seja, ouvir atentamente as vozes e buscar soluções para essa parcela da sociedade que vive e convive com uma inoperância do Estado, da mídia e até das universidades.

É indispensável considerar que, embora a violência e a insegurança apresentem correlações e analogias, elas não acontecem com a mesma forma, nem com o mesmo conteúdo. Nesta pesquisa, opta-se por uma adaptação da abordagem da insegurança objetiva proposta por Arias (2014). Arias (2014) considera que, inevitavelmente, a abordagem das representações, dos imaginários e das identidades possui uma carga subjetiva, sendo inerente a cada indivíduo ou cada grupo social. Essa análise não pode ser anacrônica, e as dinâmicas e resultados dos diversos processos estão em constante (re)construção, especialmente quando envolvem objetivos de múltiplas tensões (ARIAS, 2014).

Siendo la construcción de identidad y de representación inherente a cada individuo, se han de tener tantas de estas como número de individuos existen. Es decir, existen innumerables expresiones, múltiples, diversas y heterogéneas. No se trata de una abstracción, es un proceso concreto, real, esencial para el reconocimiento de sí mismo y de los demás, permite diferenciarse pero a la vez buscar afinidades. (ARIAS, 2014, p. 2-3).

A construção dessa relação passa, obrigatoriamente, pelo espaço, no que Arias (2014) chama de transferência para a territorialização. Esse ponto é fundamental, se associa à insegurança a partir dos espaços inseguros pela vitimização e/ou pelos imaginários e sua consequência na representação territorial, pelas manifestações e ações sobre o espaço violento. Logo, os “elementos de tipo subjetivos de la inseguridad” (ARIAS, 2014, p. 3) se referem ao conjunto de inter-relações que ocorre

de maneira permanente, objetiva entre os indivíduos (e suas experiências) no espaço, na qual são pessoais, diferentes e heterogêneas.

Assim, Arias (2014) pensa na insegurança objetiva a partir do momento em que os lugares e espaços adquirem “vitalidade”, ou seja, quando o sujeito (indivíduo, família ou grupo social) vivencia-o, assegurando um valor, significado e símbolo. Portanto, esses sujeitos se tornam autores na construção desse espaço, sobretudo na sua “dimensão” e “qualificação”.

Então, a construção das representações no espaço da insegurança objetiva, pela percepção dos lugares perigosos, se confirma pelas vivências individuais e, também, pela representação das “vivências” dos outros, sendo conhecida direta ou indiretamente. Isso implica reconhecer que os espaços estão carregados de valores e significados atribuídos pelos próprios autores que os constroem, habitam, reconstróem e, também, por aqueles que os conhecem e os incluem nos seus sistemas de referências (ARIAS, 2014). Logo, a partir da condição da segurança surge a “insegurança objetiva”.

As preocupações com a violência e a insegurança objetiva na vida líquida da modernidade líquida tornam-se recorrentes nas pequenas cidades. Por isso, os conteúdos de segurança e tranquilidade, comumente associados às pequenas cidades, vão ganhando ressignificação a partir das considerações de violência e insegurança objetivas assumidas e reconhecidas pelos seus habitantes. Nas próximas três seções deste artigo, apresentam-se os fatores que explicam o espectro da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades.

3. O TRANSBORDAMENTO METROPOLITANO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO MODO DE VIDA ALICERÇADO NO CAPITALISMO E SUA DIFUSÃO PELA MÍDIA E INTERNET

O primeiro fator explicativo busca entender como o modo de vida urbano, que está mais presente e completo na metrópole, transborda para os demais espaços, incluindo as pequenas cidades, uma vez que representa, apesar dos regionalismos, o modo da sociedade ocidental contemporânea capitalista pautado em hábitos de consumo e individualismo, que têm levado a relações marcadas pela instabilidade e superficialidade, constituindo os tempos líquidos apontados por Bauman (2007), que se sobrepõem aos hábitos comunitários e sólidos, marcantes nas pequenas cidades, levando à violência e à insegurança objetiva. Mediante o avanço do capitalismo, observa-se profunda alteração na condição de vida humana e, especialmente, na qualidade da sociabilidade. Além disso, esse transbordamento é alimentado pelo modelo de produção capitalista e pela globalização e difundido pela mídia e pela internet.

Nesse sentido, são intrigantes e devem ser objeto de reflexão os dados que divulgam que a maior parte dos assassinatos no Brasil ocorre por motivos banais e entre pessoas comuns, como os homicídios motivados por briga, ciúme, conflito entre vizinhos, desavença, discussão, violência doméstica e desentendimentos no trânsito (LABOISSIÈRE, 2012).

São dados muito expressivos e que precisam ser considerados quando se buscam as explicações para o que ocorre em pequenas cidades. Se a maioria das ocorrências violentas decorre de pessoas consideradas comuns e por motivos fúteis, parece ser preciso reconhecer que há uma violência que perpassa toda a sociedade. Ela está relacionada aos comportamentos decorrentes de valores da sociedade capitalista, como o consumismo e o individualismo. Enfim, constrói-se uma sociabilidade baseada em laços afetivos cada vez mais superficiais ou inexistentes e provoca-se o isolamento individual, apesar de tantas redes sociais. Isso significa que existe uma carga potencialmente violenta e que decorre dos valores sociais que circulam na vida contemporânea, que é líquida.

Essas situações remontam ao debate acerca das mudanças que envolvem a questão do rural e do urbano, dentre elas a mudança na sociabilidade cada vez mais individualista e sem cooperação. Isso coloca em contraposição as perspectivas antagônicas do urbano: o urbano que se realiza pela tendência negativa e que se soma à observação anterior – individualismo, monetarização de tudo,

egoísmo e despreocupação com o outro –, e o urbano pela perspectiva positiva que, utópico ou materializado em movimentos de resistência, está relacionado ao além das relações capitalistas, superando-as e proporcionando uma vida em cooperação.

Esse contexto de esvaziamento das relações estavam, inicialmente, mais presentes nas metrópoles e nas suas áreas metropolitanas, mas vem avançando sobre todo o território, atingindo espaços que apresentavam outra dinâmica: o contexto de relações primárias de sociabilidade. Assim, o trato do rural e do urbano sinaliza que a sociabilidade secundária, baseada em vínculos profissionais e econômicos, encontra-se mais presente em áreas metropolitanas e, a partir do avanço do capitalismo e da globalização pelos espaços, especialmente pelo papel desempenhado pela mídia e internet, tem, também, esse tipo de sociabilidade atingindo outras áreas, como as pequenas cidades e os espaços rurais.

O avanço desse fator explicativo também perpassa pelo fenômeno da metropolização, que espacialmente, tem ocorrido pela formação das áreas metropolitanas, pelo escoamento do modo de vida metropolitano para cidades pequenas, sobretudo pelos hábitos de consumo, a partir da perda parcial dos papéis metropolitanos que impulsiona uma migração para as cidades médias e pequenas do interior e pela difusão de toda essa lógica a partir da metrópole pelas ações da mídia e da internet, predominantemente por meio da divulgação, diária, de casos de violência e de insegurança.

Portanto, a explicação da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades por esse arcabouço explicativo propõe um olhar além das ocorrências – visivelmente apresentado e comprovado – mas, como marca da própria sociedade contemporânea decorrente do avanço do capitalismo e dos valores que eles espraiam, representando uma percepção não tão visível, mas profundamente essencial, já que as ocorrências são apenas a expressão mais contundente disso tudo, sendo esse fator o de fundo.

4. A FAIXA DE FRONTEIRA E A DINÂMICA DO TRÁFICO ILÍCITO

No segundo fator explicativo da pesquisa a violência e a insegurança objetiva em pequenas cidades se sustentam a partir da fronteira – e da faixa de fronteira – e sua dinâmica com o tráfico ilícito, sobretudo de pessoas, drogas e de produtos contrabandeados, além de uma série de outras situações que se ramificam delas, como a corrupção, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, exploração sexual etc. Evidentemente, colabora com essa situação a ineficiência do Estado em promover políticas públicas e campanhas de conscientização e fiscalização das fronteiras, o que acaba, por conseguinte, deixando diversas cidades pequenas à mercê da criminalidade e vinculadas, economicamente, ao contrabando, à lavagem de dinheiro, aos traficantes e às quadrilhas que as utilizam como esconderijos ou aterrorizam os moradores.

As áreas fronteiriças são espaços marcados e reconhecidos pela violência quase que crônica. É comum encontrar trabalhos acadêmicos, políticas públicas e programas sociais e reportagens de diferentes meios de comunicação abordando situações violentas nesses espaços. Apesar disso, as violências, especialmente as voltadas ao tráfico ilícito, esbarram nos limites das informações. Como diversos municípios encontram-se em uma área de fronteira, foi preciso considerar essa realidade.

As principais violências que ocorrem nas fronteiras e nas faixas de fronteiras, chamadas de crimes transnacionais ou transfronteiriços, são: tráfico de drogas e de armas, contrabando de produtos ou remédios proibidos e descaminho, tráfico de pessoas e exploração sexual, sonegação fiscal, exportação ilegal de veículos e crimes ambientais, como exportação ilegal de fauna e flora (BRASIL, 1940; BRASIL, 2006).

A partir das fronteiras, esses crimes, especialmente os relacionados ao tráfico ilícito de drogas, escoam para os demais espaços. Por isso, atualmente, acredita-se que esse tráfico atinja quase todos os espaços e não se restrinja mais a hábitos ou costumes de habitantes de metrópoles ou áreas metropolitanas. Nesse caso, não há uma influência metropolitana nos demais espaços, mas sim de pessoas que visualizaram mercados consumidores em potencial (preferencialmente das classes média

e alta), em diferentes escalas de cidades, sobretudo naquelas que enfrentam problemas decorrentes da incapacidade do Estado em promover políticas públicas.

As consequências sociais caminham pela relação ambígua com o Estado apresentada por Souza (2008): opressão oficial e, ao mesmo tempo, manutenção e financiamento por agentes estatais corruptos. Outro contexto é a territorialização dos espaços, a partir do tráfico ilícito de drogas, em espaços que já são considerados territorializados por serem de áreas fronteiriças. Isso ocorre também em bairros de cidades pequenas, onde o tráfico influencia diretamente nos serviços prestados pelo Estado e nas sociabilidades existentes.

Portanto, a mudança do cenário, que indica a redução da violência concreta e a da insegurança objetiva em pequenas cidades de fronteira ou faixa de fronteira, depende, efetivamente, de políticas públicas sociais pensadas e projetadas para essas realidades, sobretudo por planejamento microrregional, e não vinculadas, estritamente, aos contextos metropolitanos e, a partir deles, transportadas.

5. A AUSÊNCIA E/OU A INSUFICIÊNCIA DO ESTADO ENQUANTO PROMOTOR DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA

O último fator explicativo para a violência e insegurança objetiva em pequenas cidades é a ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços públicos de segurança, como consequência da perda de centralidade e do esvaziamento demográfico dos núcleos urbanos e/ou da incapacidade do Estado em fomentar políticas públicas e promover planejamento estratégico adequado, o que acaba, por conseguinte, em arrefecer os serviços de segurança pública, especialmente em pequenas cidades, que ficam à mercê da criminalidade e dos interesses econômicos/capitalistas do mercado.

Nesse sentido, a ausência do Estado, ainda mais em governos com ideologias neoliberais, gera o que Bauman (2007) denomina uma ruptura entre o “poder” e a “política”, quando o Estado (público) abandona ou transfere para a iniciativa privada suas funções/obrigações. No caso da segurança pública é fundamental retomar, brevemente, o monopólio legítimo da violência pelo Estado Weberiano. Para a existência de um Estado forte era necessária a separação entre o público e o privado; sendo assim, a formação do Estado moderno passou pela ampliação do espaço público, uma vez que houve expropriação dos meios privados, inclusive de violência, como a proibição de exércitos particulares (WEBER, 2004). A partir disso, o Estado assume o monopólio legítimo do uso da violência (WEBER, 2004).

Por isso, aparentemente, na sociedade moderna líquida o monopólio legítimo da violência pelo Estado de Weber passa por um fenômeno de desconcentração do Estado e de difusão para grupos sociais e para a iniciativa privada, influenciando na sociabilidade que se alicerça na violência. Então, é indispensável combater a posse desse monopólio para enfrentar os movimentos de privatização da segurança. O abandono do Estado em promover políticas públicas vem gerando um aumento significativo na procura de equipamentos e serviços privados de segurança, inclusive em cidades pequenas, que têm vigilantes motorizados fazendo ronda, empresas de instalação de câmeras e cercas elétricas etc.

Os serviços e equipamentos de segurança pública existentes, geralmente, são insuficientes para a demanda e para as necessidades da população local. Isso gera dupla consequência: (i) o aumento da criminalidade é reflexo do sucateamento dos serviços de segurança; (ii) a ausência da urbanidade de segurança altera o modo de vida e as relações sociais no espaço urbano, especialmente quanto à sociabilidade primária, inclusive de apropriação dos espaços públicos.

É fundamental ressaltar que nesta pesquisa a defesa da segurança pública ocorre a partir da perspectiva de policiamento comunitário ou cidadão. Isso se justifica por duas situações: de um lado, “uma profunda crise de autoridade que gera impunidade e corrupção e torna ineficaz o funcionamento das agências estatais” (SILVA, 2004, p. 70) e, de outro, “o crescimento do crime violento organizado nos espaços em que a atividade regulatória e as políticas substantivas do Estado não conseguem

preencher” (SILVA, 2004, p. 71). Além disso, para Neme (2005, p. 131), as violências policiais continuam indicando “o quão longe está da consolidação das políticas de segurança democráticas, que ultrapassam uma lógica puramente repressiva”, sendo que a corrupção que existe no meio policial “encontrou o seu álibi no mesmo dogma da pobreza ou exclusão que tudo explica: o problema seria unicamente ‘social’” (ZALUAR, 1997, s. p.).

Embora essas situações sejam significantes para as reflexões acadêmicas, inclusive as que ainda irão ocorrer (e que devem ser levadas para a base da sociedade), a realidade social concreta não pode ficar limitada ao modelo de segurança pública atual. É preciso uma transformação. Ainda assim, enquanto se promovem tais reflexões e mudanças, as políticas e os serviços de segurança pública devem contemplar satisfatoriamente as cidades pequenas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E O HORIZONTE

O que é necessário para a cidade ser segura? Espelhando-se na utopia urbana de Velho (1989) e na revolução urbana de Lefebvre (1999), o caminho é pensar em uma gestão coletiva do espaço, inclusive quanto à segurança. Para essa gestão coletiva do espaço ocorrer deve-se considerar a cidade com lócus e espaço promissor da vida urbana. Esse suporte para o modo de vida urbano passa pela relação política – cultura – segurança, uma vez que boa parte das ocorrências são entre pessoas comuns, a política de segurança implica em mudanças culturais e não políticas repressivas.

Logo, as políticas urbanas devem se ampliar para promover a sociabilidade a partir da participação das pessoas na vida pública e no uso dos espaços públicos. Isso atinge a proposta de eliminação da dualidade entre a segurança e a liberdade.

A sociabilidade é uma forma espontânea de interação, definida como sociação, ou seja, é a base da sociedade humana, já que faz com que as pessoas vivam, umas com as outras, em relações de co-dependência (TURRA NETO, 2008). Nesse caso, a principal motivação decorre simplesmente do fato de estar em relação com alguém. A partir de Marx (2011), a sociabilidade compõe um conjunto de relações sociais que materializa e produz a existência humana em essência, ou seja, isso não ocorre de maneira isolas, mas pela perspectiva de que cada um existe para o outro.

Associando sociabilidade à violência, retoma-se ao efeito inflacionário da violência descrita por Zaluar (2002): o aumento dos patamares de crimes reduz a qualidade de vida da população e, por consequência, o desenvolvimento econômico e de reivindicações sociais a partir do momento em que as pessoas se trancam em casa. Assim, abandonam a organização e participação das decisões locais e, principalmente, pouco convivem entre si. Em vez disso, muitos trancafiam-se, armam-se e preparam-se para enfrentar os próximos perigos como se estivessem em uma guerra.

Nas pequenas cidades, a sociabilidade assume características próprias já que é “largamente condicionada pela pessoalização” (CANIELLO, 2003, p. 33). Essa proximidade produz o que ele chama de “visibilidade inevitável”, na qual uma das principais características é “a dificuldade em veicular demandas conflitivas, o que marca fortemente a cena social por relações de solidariedade e reciprocidade ‘obrigatórias’” (CANIELLO, 2003, p. 33).

Lugan (1997) também destaca a sociabilidade em pequenas cidades. Para ele, nesses espaços, a atenção de todos está constantemente fixada no que todos fazem, inclusive os desvios e as falhas que são cometidas, sendo, então, motivações para possível repressão. Nesse sentido, o autor trabalha a conceituação das relações de sociabilidade chamadas de secundárias ou formais e técnicas. Nas pequenas cidades, historicamente, existe o predomínio de relações primárias, chamadas de afetivas e de solidariedade. No entanto, esse contexto vem sendo alterado por uma redução nos contatos sociais. Isso ocorre à medida que as pequenas cidades vão se inserindo no modelo econômico e na divisão de classes e do trabalho, fazendo com que as relações primárias sejam substituídas, rapidamente, pelas secundárias.

No caso específico das pequenas cidades, essas transformações nas relações de sociabilidade são mais perceptíveis e mais significativas, especialmente por serem (ou terem sido) reconhecidas

como o lócus da materialização essencial dessas relações. Portanto, o que se percebe, cada vez mais, é uma mudança em trânsito que restringe as relações primárias entre partes das famílias e/ou grupos que se identificam socialmente.

O declínio é, também, da vida pública ou como Sennet (1998) anuncia: “do homem público”. A renúncia do espaço é, também, o abandono da vida nele e, por conseguinte, das discussões acerca do público, perdendo seu caráter de um espaço de diálogo e de compartilhamento. De acordo com Lefebvre (2001), as cidades servem, cada vez mais, como espaços de passagem, em uma circulação entendida por esfera privada.

Então, cidadãos ocupando as ruas e os espaços públicos evitam a precariedade, o empobrecimento e a deterioração da vida. Assim, esses espaços adquirem o seu principal significado: o de encontro. Por conseguinte, configurando uma resistência às desigualdades e às privações construídas, essas práticas e demandas democráticas colocam em embate os interesses da sociedade contra os interesses dos empresários que reconstróem as cidades (e os espaços públicos) visando, entre outros benefícios, o lucro.

Portanto, a ruptura desses modelos atuais deve partir dos movimentos concretos de resistências a partir da proposição de um novo modo de vida urbano que precisa passar pela transformação do cotidiano, especialmente pela dimensão lúdica da arte, cultura e educação. Nessa situação, a nova sociedade urbana, permeada por sociabilidade positiva e por laços de cooperação, perpassará pela não violência e pela não insegurança objetiva.

REFERÊNCIAS

ARIAS, J. A. A. **Representaciones territoriales sobre inseguridad y delincuencia en el espacio urbano de Bogotá**: formas simbólicas de apropiación territorial. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica: el control del espacio y los espacios de control. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014, p. 1-16.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BEZERRA JÚNIOR, B. Pobreza, agressividade e consumo: três observações sobre a violência no Brasil. FEGHALI, J.; MENDES, C.; LEMGRUBER, J. (orgs.). **Reflexões sobre a violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 43-59.

BRASIL, Casa Civil. **Decreto-Lei nº 2.848 de 07/12/1940**. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 13 de mar. de 2019.

BRASIL, Casa Civil. **Lei nº 11.343 de 23/08/2006**. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 13 de mar. de 2019.

CANIELLO, M. **O Ethos Sanjoanense**: tradição e mudança em uma cidade pequena. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 9, nº 1, p. 31-56, 2003.

FERNANDES, P. H. C. **Um espectro ronda as pequenas cidades**: o aumento da violência e da insegurança objetiva. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017, 525p.

LABOISSIÈRE, P. **Campanha quer reduzir elevado número de homicídios por motivos banais no Brasil**. 08/11/2012. Empresa Brasil de Comunicação. 2012. Disponível em:

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-08/campanha-quer-reduzir-elevado-numero-de-homicidios-por-motivos-banais-no-brasil>. Acesso em: acesso em: 13 de mar. de 2019.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centrauro, 2001.

LUGAN, J. C. Sociabilité et intégration dans les petites Villes: hypothèses sur une evolutions. Jean-Paul Laborie et Jean Renard (org.). **Bourgs et petites villes**. Presses Universitaires du Mirail, Toulouse, 1997. p. 399-406.

MARX, K. **Grundrisse - manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer. São Paulo: Editora Boi Tempo. Coedição: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MCNEILL, W. As gangues de rua são uma antiga herança da civilização. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.). **Insegurança pública** – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 11-31.

MISSE, M. A violência como sujeito difuso. FEGHALI, J.; MENDES, C.; LEMGRUBER, J. (orgs.). **Reflexões sobre a violência urbana**: (In)segurança e (Des)esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 19-31.

MORE. **Mecanismo online para referências**, versão 2.0. Florianópolis: UFSC: Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

MOREIRA, J. de O.; ABREU, A. K. C. de; OLIVEIRA, M. C. de. **Moralidade e sociabilidade em Frankl**: um norte para superação da violência. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, p. 627-635, 2006.

NEME, C. **Violência e segurança**: um olhar sobre a França e o Brasil. *Rev. Sociol. Polit.* [online], n.25, p. 123-137, 2005.

PEDRAZZINI, Y. **A violência das cidades**. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

RIFIOTIS, T. **Violência policial e imprensa**: o caso da Favela Naval. São Paulo em perspectiva. São Paulo, v. 13, n. 4, p. 28 a 41, out./dez., 1999.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, L. A. M. da. **Sociabilidade violenta**: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun., 2004.

SODRÉ, M. *et al.* (orgs.). **Reflexões sobre a violência urbana**: (In)segurança e (Des)esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 33-41.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava**: territórios e redes de sociabilidade. 533 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2008.

VELHO, G. **A Utopia urbana**: um estudo de antropologia social. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ZALUAR, A. **Exclusão e políticas públicas**: dilemas teóricos e alternativas políticas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 35, fev., 1997.

ZALUAR, A. **Um debate disperso**: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em perspectiva, volume 13, número 3, p. 3-17, 1999.

ZALUAR, A. **Violência: questão social ou institucional?** In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.). Insegurança pública – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 75-85.



Informações sobre a Licença

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

License Information

This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which allows for unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, as long as the original work is properly cited.